



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE

Município: LIMA DUARTE/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE

CPF/CNPJ: 13.570.143/0001-80

Município/UF: LIMA DUARTE-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE

CPF/CNPJ: 13.570.143/0001-80

Município/UF: LIMA DUARTE/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: set. 2015 a março de 2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	11/03/2019	15/03/2019
Execução - In loco	18/03/2019	22/03/2019
Relatório	25/03/2019	15/04/2019

Tarefa Nº: 93449

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

JOSE RENATO DUQUE

Cargo: Secretário de Saúde

Exercício: Desde 26/03/2018

LILIAN CLEMENTE DE MOURA CUNHA CAMPOS

Cargo: Secretária de Saúde

Exercício: 07/01/2015 a 28/12/2016

SEBASTIAO ANTENOR DELGADO CAMPOS

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cargo: Secretário de Saúde

Exercício: 02/01/2017 a 26/03/2018

28/03/2022 15:23:46

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE

Cargo: Secretário de Saúde

Exercício: Desde 26/03/2018

III - INTRODUÇÃO

1- FATOR DESENCADEANTE:

MEMORANDO SES/SUBREG-SMACSS-DAA Nº150 /2019; MEMORANDO SES/SUBREG-SMACSS-DAA Nº 84/2019 datados de 26/02/2019, que designa a equipe de auditores do NMAA Pouso Alegre, para realização de Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Lima Duarte, no período de 18 a 22 de março de 2019, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 2906/2011, para avaliar se o Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), o Componente Municipal de Auditoria e o Fundo Municipal de Saúde.

2- OBJETIVO E ESCOPO:

O objetivo dessa auditoria é avaliar se o Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação, o Componente Municipal de Auditoria e o Fundo Municipal de Saúde de Lima Duarte estão adequadamente organizados e estruturados e atuantes conforme a legislação, para atender às atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação, auditoria e pagamento dos prestadores de serviços ao SUS municipal, tendo em vista a publicação da DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.186, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015. A abrangência definida para avaliação do Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação bem como o Componente Municipal de Auditoria foi de fevereiro de 2018 a março de 2019.

Para avaliação do Fundo Municipal de Saúde foi definida a abrangência relativa à vigência de contratos e a publicação do edital do procedimento licitatório, que deram origem aos contratos vigentes, ou seja, de setembro de 2015 a janeiro de 2019.

3-CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA:

O município de Lima Duarte-Minas Gerais, pertence à Mesorregião da Zona da Mata e Microrregião de Juiz de Fora. Localiza-se a sul da capital do estado, distando desta cerca de 295 km. Ocupa uma área de 848,089 km², sendo 2,525 km² estão em perímetro urbano. A população do município em 2010, de acordo com o IBGE, era de 16.166 habitantes, destes 12.372 habitantes na zona urbana e 3.974 na zona rural. Com uma taxa de urbanização da ordem de 72%. (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lima_Duarte-Minas_Gerais). Sua população estimada em 2018 era de 16. 671 habitantes (fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/panorama>). Lima Duarte é subdividida em quatro distritos, sendo eles a Sede, Conceição do Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e São José dos Lopes. Também há algumas vilas e povoados rurais, sendo eles: Capitães, Capoeira Grande, Capoeirão, Manejo, Mogol, Monte Verde, Orvalho, Palmital, Rancharia, Rosa Gomes, Souza e Várzea.

Está qualificado em município de Gestão Plena a partir da DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.186, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015, que Homologa as Declarações de Comando Único dos municípios que assumirão a gestão de seus prestadores em 2015.

Conforme CNES (acessado em 03/04/2019<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>) o município de Lima Duarte tem como prestadores do SUS: SAMU, APAE, Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, CAPS e ACISPES – Agência de Cooperação Intermunicipal de Saúde Pé de Serra(consultas especializadas, exames de média e alta complexidades, e laboratoriais).

A cidade possui ainda serviço ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas, odontológico e Equipes de Saúde da Família, que estão distribuídos em :

- 6 ESFs (equipes de saúde da família);

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- 9 Postos de Saúde

- 6 Unidades Básicas, sendo uma delas a Policlínica Afrânio de Paula, localizada no centro, ao lado da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte.

IV - METODOLOGIA

28/03/2022 15:23:46

1- FASE ANALÍTICA:

Análise do processo de SEI nº 1320.01.0022119/2019-20 e elaboração do Ofício SES/SUBREG-SMACSS-DAA nº. 150/2019, datado de 26 de fevereiro de 2019, no qual a equipe comunica a realização da atividade de auditoria nº 565 e solicita os documentos abaixo relacionados para subsidiar a Auditoria Operativa e a elaboração do Relatório Preliminar; outros documentos foram solicitados "in loco" para atender a abrangência proposta.

- Análise das Matrizes de Coleta, e elaboração do cronograma de trabalho da Atividade 565, de 04/02/2019 a 15/03/2019.

Realizada análise da PPI assistencial (acessada em 05/02/2019, <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/municipioTabelaUnificada.php>).

Realizada análise de CNES (acessado em 31/01, 01 e 08/02, <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>).

Coletado informações sobre município auditado, (acessado em 18/02/2019 - <http://www.saude.mg.gov.br/servidor/sala-de-situacaomunicipal>).

2 - FASE OPERATIVA:

No dia 18/03/2019, a equipe de auditoria se apresentou ao Secretário Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Lima Duarte e procedeu-se à reunião de abertura, que teve a participação de representante do SCRA e do financeiro da prefeitura, na qual foram explicitados o objetivo e escopo dessa Auditoria.

Posteriormente os auditores realizaram visitas aos setores da Secretaria Municipal de Saúde (parte administrativa): ao Serviço de Controle Regulação e Avaliação, à UBS Afrânio de Paula - Policlínica, Unidade Básica de Saúde Euclides Xavier Teixeira, à Prefeitura Municipal nos setores de contabilidade e tesouraria). Realizado Termo de Informação com enfermeira da UBS Euclides Xavier Teixeira e Termo de Declaração com gestor de saúde. Apresentada pelo auditado a documentação solicitada em ofício de comunicação de auditoria, bem como as demais que foram solicitadas no decorrer da auditoria.

Realizado reunião de fechamento dos trabalhos de auditoria no dia 22 de março de 2019, estando presentes a equipe de auditoria, a coordenadora do SCRA e o gestor de saúde, informando os procedimentos sobre o processo administrativo de auditoria, relatórios e apresentação de justificativas.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 572039

Subgrupo: Estrutura

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Recursos Humanos/ Capacitação

Constatação: Não Existe Componente Municipal de Auditoria implementado.

Evidência: Constatou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria e a Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial. Não existe auditoria implementada sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, tomando-se como referência as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial, ainda que tenha sido formalizada. Durante a fase operativa, foi apresentada cópia da Portaria municipal Nº 02/2018, onde foram nomeados membros para compor Equipe de Regulação, Controle e Avaliação, constando um componente Auditor Assistencial para a SMS de Lima Duarte. Foi instituída uma (convocada) equipe temporária (médico, gestor e a uma servidora para atendimento a demanda de auditoria recebida (denúncia) e ^{28/03/2022 15:23:46} m maio de 2018. Não são realizadas ações de monitoramento de auditoria com periodicidade. Tal fato está em desacordo com Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2768/2018, Anexo I, inciso VIII; Lei nº 8.689/1993, Art. 6º, § 2º; Decreto nº 1.651/1995, Art. 1º.

Fonte da Evidência: Cópia da Portaria Nº02/2018, publicada em 02/05/2018; Termo de Declaração do gestor, datado de 21/03/2019; cópia de Relatório de Auditoria datado de 18/05/2018 (emitido pela Secretaria de Saúde de Lima Duarte); Cópia da P.A.S. 2018 .

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-Por meio do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019, a Secretaria Municipal de Saúde de Lima Duarte se manifesta da seguinte forma: Não existe Componente Municipal de Auditoria implementado. Medida: O município de Lima Duarte, através do Decreto Municipal 154/2019 criou o Componente de Auditoria, e através da Portaria SMS 002/2019 nomeou a equipe responsável. Segue em anexo comprovante do Decreto Municipal e Portaria SMS.

JUSTIFICATIVA 2- Por meio de resposta conjunta, datada de 08 de novembro de 2019, os senhores José Renato Duque, Sebastião Antenor Delgado Campos e a Sra. Lilian Clemente de Moura se manifestam da seguinte forma: Não existe Componente Municipal de Auditoria implementado. Esclarecemos que o Município de Lima Duarte se tornou Gestão Plena, através da orientação de um assessor cedido pelo estado, juntamente com Prefeito e Gestor de Saúde que vislumbraram a possibilidade de ter o comando único de seus prestadores, seguindo também o que orienta o Pacto pela Saúde de 2006, mais precisamente, o Pacto de Gestão. Porém os prazos para adesão foram curtos, e também não tivemos capacitação prévia e sim capacitação de um dia e meio após adesão. Reitero ainda, que todos os tramites legais para adesão foram concluídos, conforme legislação, visto que em novembro de 2015 foi publicada a portaria de nomeação dos municípios.

Portanto, foi realizada a contratualização com o único prestador no município, mas como 2016 era último ano de governo, a contratação de pessoal se tornou inviável devido ao índice do limite prudencial da folha de pagamento, indisponibilidade de recurso para contratação, bem como encontrar pessoal com mínimo de entendimento para desempenhar uma função de suma importância e complexidade.

Os próximos anos houve-se também dificuldades semelhantes para que de fato o setor de auditoria fosse implantado. Saliento ainda, que o Estado de Minas Gerais acumula uma dívida com os municípios, o que traz uma dificuldade ainda maior, resultando em algumas inconstâncias de que a legislação exige.

Ressaltamos que após conversa com o poder executivo, a Constatação nº572039 foi solucionada, através do Decreto Municipal 154/2019.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Apesar da apresentação do Decreto municipal 154/2019 e da Portaria SMS Nº 02/2019, que nomeia membros responsáveis para o Componente Municipal de Auditoria de Lima Duarte, faz-se necessária a comprovação do exercício desta comissão/componente municipal, como ata iniciando os trabalhos, constando os membros, o aceite, o planejamento dos trabalhos.

JUSTIFICATIVA 2- O fato de não ter capacitação, não isenta a responsabilidade do município do cumprimento de seus deveres ao aceitar e assinar a adesão para gestão de seus prestadores devendo neste caso ter obedecido à legislação mínima: Lei nº 8.689/1993, Art. 6º, § 2º; Decreto nº 1.651/1995, Art. 1º.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao Auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



Recomendação:

Recomenda-se comprovar o pleno exercício da comissão/componente municipal de auditoria, com produção de documentação pertinente. Planilhas de planejamento anual de monitoramento do(s) estabelecimento(s) de saúde com datas pré-estabelecidas. Termo de abertura dos trabalhos, aceite dos membros, relatórios de auditoria programadas e especiais se houver, de acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2768/2018, Anexo I, inciso VIII e IX e Decreto 1651/1995, art. 5º inciso III e art. 7º e art. 9º.

28/03/2022 15:23:46

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572218

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Alimentação de Sistemas Informatizados

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde realiza o processamento da produção dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados, nos sistemas de informação do SUS.

Evidência: Foi verificado durante a auditoria operativa a inserção e manutenção do processamento de dados dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados, no sistema de informações do SUS. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI e Art. 10, §3º, inciso XII; Resolução CIT N.º 04 de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1, letra 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

Fonte da Evidência: Verificação in loco (alimentação dos sistemas: SIA, SIH, e-SUS); Relatórios Gerenciais de processamento do SIASUS (Policlínica, Centro de Atenção Psicossocial-CAPS); Relatório de procedimentos pagos extra à ACISPES, Laboratório e outros; SIH (Hospital Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte) e Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572232

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Alimentação de Sistemas Informatizados

Constatação: O SCRA realiza o cadastramento dos usuários do SUS no Sistema do Cartão Nacional de Saúde (CADSUS).

Evidência: O SCRA do município de Lima Duarte realiza a identificação dos usuários do SUS e realiza o cadastramento dos usuários no sistema do Cartão Nacional de Saúde (CADSUS). Não existe relatório gerencial no sistema CADWEB (atualizado), porém foram tirados comprovantes de cadastramento individuais. Tal fato está de acordo com a Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1'B'; Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso II e Art. 10, § 3º, VIII.

Fonte da Evidência: Verificação in loco; cópia de relatório demonstrativo CADSUS acessado em 19/03/2019.

Conformidade: Conforme

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572234

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Alimentação de Sistemas Informatizados

Constatação: O SCRA mantém atualizado o Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde (SCNES), no seu território.

Evidência: O SCRA(serviço de controle, regulação e avaliação) realiza atualizações periódicas dos Estabelecimentos e Profissionais de Saúde no seu território. Tal fato está de acordo com Resolução CIT N.º 04 de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1 'd'; Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.768/2018, Anexo I, inciso II; Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso I e Art. 10, § 3º, IX.

Fonte da Evidência: Relatórios extraídos do CNES (11/02/2019 a 11/03/2019)- CNES N.º : 3573435/CAPS; 2184583/P.de Saúde Antônio de Paula; 2184575/P.de Saúde Aristeu Pedro Alves; 7843828/P. de Saúde Laranjeiras; 2184605/P de Saúde Capoeirão; 2184540/P. de Saúde Galileu Cunha; 2184559/P. de Saúde Maria J. Delgado; 2184621/P. de Saúde Mogol; 2184648/P. de Saúde Monte Verde; 2184656/P. de Saúde Várzea do Brumado; 2184516/UBS Afrânio de Paula; 6706940/UBS Ana Delgado Campos; 2184591/UBS Carlos Baumgratz; 2184532/UBS Euclides Xavier Teixeira; 2184613/UBS Manoel de Paula; 2184567/UBS Thereza de Almeida Sales; 6421652/SMS Lima Duarte e 4041690/Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte. (<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>).

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572257

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não apresentou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Evidência: A SMS de Lima Duarte não apresentou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aplicados e disponibilizados nas Unidades de Atendimento e Regulação. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1 'E' e a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, §3º Inciso III .

Fonte da Evidência: Verificação in loco; Termo de Declaração do gestor de saúde J.R.D, datado de 21 de março de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- O Sr. José Renato Duque(Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019, a Secretaria Municipal de Saúde de Lima Duarte se manifesta da seguinte forma: A Secretaria Municipal de Saúde não apresentou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais. Medida: Em todas as Unidades Básicas de Saúde foram disponibilizadas os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em arquivo PDF, as patologias com maior incidência de acometimento no Município estão disponíveis em meio físico.

Atividade homologada e encerrada em: 33/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa:

JUSTIFICATIVA 1- Não foi apresentada a documentação comprobatória, sendo estes as cópias dos protocolos e diretrizes, bem como comprovação da aplicabilidade, com atas apresentando estas novas orientações dos trabalhos e constando listagem de presença dos participantes e comprovação de entrega das "apostilas" (meio físico). Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa:

Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, §3º Inciso III, através de comprovação documental da efetiva implantação e utilização dos referidos protocolos, com fluxos e diretrizes, incluindo os fluxos de encaminhamentos. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572259

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SCRA não possui protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Foi verificado que o SCRA não possui protocolos e diretrizes de acesso instituídos e aplicados, em consonância com os estabelecidos no sistema nacional, estadual e/ ou regional e sua ordenação de fluxo. Existe uma rotina de trabalho informalmente estabelecida. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1., f; Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 8º, inciso IV e Art. 10, §3º Inciso III.

Fonte da Evidência: Verificação in loco, Termo de Declaração do gestor de saúde J.R.D, datado de 21 de março de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque(Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019: O SCRA não possui protocolos de regulação de acesso. Medida: Foi implantado protocolo de regulação de acesso e encontra-se disponível no setor de regulação.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foi apresentada a documentação comprobatória, sendo esta a cópia do protocolo , bem como comprovação da aplicabilidade, com ata apresentando estas novas orientações dos trabalhos, listagem de presença dos participantes e comprovação da entrega do protocolo impresso. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1., f; Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 8º, inciso IV e Art. 10, §3º Inciso III, através de comprovação documental de efetiva implantação e utilização dos protocolos de regulação de acesso supracitados. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
------	----------

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE

13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572260

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Atividade homologada e encerrada em: 33/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Constatou-se que o SCRA não possui serviço de Educação Continuada/Permanente para capacitação das equipes das Unidades de Saúde. Existem reuniões realizadas pelas próprias enfermeiras das equipes de PSF, na própria unidade de atendimento, para análise e informações dos trabalhos. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art.8º Inc. VII.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor de saúde J.R.D, datado de 21/03/2019 e Termo de Informação da Enfermeira B.F.O.C, datado de 21/03/2019; cópias de atas de reunião (avulsas), com lista de presença- período de: maio, junho, julho de 2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foi apresentada justificativa para esta não conformidade.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foi apresentada justificativa para esta não conformidade. Propõe-se da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, através de comprovação documental da efetiva regularização da não conformidade, cumprindo o que determina a Legislação Portaria de Consolidação MS/GM Nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art.8º Inc. VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 572262

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: As equipes do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não são capacitadas de forma permanente. Foi relatado apenas uma única participação do SRCA de Lima Duarte em um treinamento na regional de saúde responsável pelo município, quando houve a adesão da SMS à Gestão Plena. Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor de saúde J.R.D, datado de 21/03/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque(Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Medida: A Secretaria de Saúde irá intensificar a parceria com o Estado, através da Superintendência Regional de Saúde (SRS/JF); consórcios (Acispes e Cisdeste) e instituições prestadoras de serviços; no intuito de capacitar a equipe de regulação, controle, avaliação e auditoria.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foi apresentada a documentação comprobatória, sendo estas: qual(is) servidor(es)

Atividade homologada e encerrada em: /03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

ficaram responsáveis pelas capacitações permanentes, cópias de planejamento de atividades de treinamento, cronograma (assunto, data, etc.), recursos que serão utilizados e se haverá complementação com treinamentos/ capacitações externas. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.²⁸

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V, através de comprovação documental dos referidos supracitados.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572265

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SCRA executa parcialmente o controle de acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis em seu território.

Evidência: Verificado que o SCRA efetua controle parcial de acesso aos serviços de saúde disponíveis, através de caderno de agendamento (TFD), com contrarreferência parcial; sem data da efetiva realização do procedimento. Os agendamentos realizados pela servidora responsável pelo TFD, para os procedimentos comprados em contrato com a ACISPES, são baseados nas cotas mensais pré-estabelecidas. Quando ocorre extras, existe o agendamento separadamente e autorização prévia do gestor para liberação, que também segue um valor pré-estipulado em contrato realizado com a ACISPES, onde são devidamente empenhados. As listas de espera (demanda reprimida) são realizadas por especialidade, registrados os nomes e data da entrada do pedido no setor, porém não existe mais nenhum outro dado para controle, nem previsão de agendamento, ou contato do usuário para rastreamento até a conclusão. A demanda reprimida é alta. Como exemplo temos as consultas especializadas em angiologia, que tem pacientes cadastrados desde abril de 2016, totalizando 137 usuários até a data de 29/02/2019. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, "j".

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor de saúde J.R.D, datado de 21/03/2019; cópia das listas de demanda reprimida (atualizada até fevereiro de 2019); cópias de produção extra com NF ACISPES (N° 201900000003856 datada de 11/02/2019, N° 201900000003877 datada de 11/02/2019, N° 201900000004035 datada de 13/03/2019 e N° 201900000004009 datada de 12/03/2019).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque(Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou

manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019 .O SCRA executa parcialmente o controle de acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis em seu território. Medida: A SMS deu início a juntada de documentação para Processo Licitatório, a fim de contratar empresa especializada para implantação de sistema de gestão de saúde pública com intuito de informatizar todos os serviços realizados por essa secretaria, o que irá englobar desde prontuário eletrônico até a gestão de controle

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de usuários, tal processo encontra-se em fase de elaboração do termo de referência e solicitação de orçamentos, conforme rege a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foram apresentadas comprovações documentais de que estão tomando as providências citadas na justificativa. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, "j" e Lei Nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Capítulo II, Seção II - Art. 27, Art. 30 Incisos III e IV, Art. 31 e Seção IV, Art. 38, através da comprovação documental da efetiva resolução e providências cabíveis. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 572268

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus municípios, a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Foi observado no SCRA, setores de agendamento e TFD (tratamento fora de domicílio), a rotina de agendamento e controle dos exames e procedimentos de média e alta complexidades pela PPI (programação pactuada integrada), que são destinados principalmente ao município de Juiz de Fora. A servidora E.N.F. fica responsável pelo processo, realizando o cadastro no livro de controle e enviando as solicitações para agendamento nos serviços pactuados. Quando confirmado o agendamento, a servidora realiza baixa no livro de cadastro. Foi informado ainda, remanejamento de PPI de atendimento em Juiz de Fora para a Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, para cirurgias eletivas. Houve uma redução do número de cirurgias eletivas, em virtude do aumento de valores pagos pelos procedimentos que estavam defasados (diminuição da cota física). O retorno de agendamento/contrarreferência ao município de Lima Duarte demora em média 4 meses. Tal fato está de acordo com Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1., g; Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Fonte da Evidência: Cópias dos livros (digitalizados) de registro e controle de agendamento de consultas e procedimentos (T.F.D.), referentes ao período de agosto de 2018 a janeiro de 2019. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 572269

Subgrupo: Controle e Avaliação

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Existe o controle e agendamento dos procedimentos e consultas que são pactuados com os municípios que possuem P.P.I. com Lima Duarte, através de livro de registros separados para consultas por especialista e data dos agendamentos e de exames e procedimentos, contendo nome do usuário e data do agendamento. Para controle de entrega de resultados dos exames, existe um livro específico constando os nomes dos usuários, unidade que efetuou a entrega, data da entrega e assinatura do usuário. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V.

Fonte da Evidência: Cópias dos livros (digitalizados) de registro e controle de agendamento de consultas e procedimentos (T.F.D.), referentes ao período de agosto de 2018 a janeiro de 2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572340

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: O SCRA participa da elaboração e revisão periódica da Programação Pactuada e Integrada (PPI).

Evidência: O SCRA participa da elaboração e revisão periódica da programação pactuada e integrada intermunicipal e interestadual, de acordo com informações da funcionária responsável pela PPI e gestor, sobre reunião datada de outubro de 2018, com participação da responsável pelo controle da PPI, do médico autorizador e do gestor. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, inciso X.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada da PPI própria e referenciada/ março 2019, <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/relatorioTabelaUnificada.php>; Termo de declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572342

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SRCA realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle de acesso.

Evidência: Em oitiva com gestor, foi informado que as orientações aos servidores quanto ao funcionamento do SRCA e fluxos

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



assistenciais, são realizados verbalmente, não havendo um fluxograma impresso, bem como protocolo. No entanto, através de visita aos setores do SRCA, verificou-se a rotina de referencia e contra-referencia, com fluxo pré-determinados e registros. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 8º, § 1º, inciso V.

Fonte da Evidência: Cópia de contrato 18/2018 com a Cooperativa de Profissionais de Saúde Mental Ltda (COOPSAM), para o CAPS; cópia de contrato 14/2018- Laboratório Intermunicipal de Análises Clínicas (ACISPES); cópia de contrato 02º/2019- com Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte (cardiologia, pediatria, ortopedia e trauma, otorrinolaringologia clínica e cirúrgica, obstetrícia, urologia, gastrologia, cirurgia ginecológica, radiologia, ambulatório), Termo de declaração do gestor datado de 21/03/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572345

Subgrupo: Centrais de Regulação **Item:**

Satisfação do Usuário

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos atuantes para avaliação da satisfação dos usuários.

Evidência: Foi verificado que em algumas unidades de atendimento, existe uma caixinha de sugestões no balcão da recepção, para quem quiser preencher a avaliação, porém não existe rotina para coleta, estratificação e divulgação, bem como registro das medidas tomadas a respeito. Não é realizada a oferta dos impressos com orientação de preenchimento e recolhimento para seu processamento. Existe uma página no Facebook para manifestação do usuário, mas não existe providências da SMS para acolhimento e ouvidoria deste usuário. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, Inciso IX.

Fonte da Evidência: Verificação in loco, Termo de Declaração do gestor de saúde J.R.D., datado de 21/03/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos atuantes para avaliação da satisfação dos usuários. Medida: Foram implantadas nas Unidades Básicas de Saúde pesquisa de satisfação dos usuários referente ao atendimento, com avaliação: muito satisfeito, satisfeito, nulo, insatisfeito e muito insatisfeito; com um campo de reclamação, crítica e sugestão, não sendo obrigatória a identificação do usuário. Será avaliado pela SMS mensalmente os questionamentos realizados pelos usuários, sendo os de maior relevância respondidos através do canal de comunicação da Prefeitura de Lima Duarte. Segue em anexo o documento.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foram apresentadas comprovações documentais de que estão tomando as providências citadas na justificativa. A entrega de um modelo de impresso de avaliação não preenchido, não comprova a aplicabilidade, estratificação, análise e providências tomadas. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Portaria de Consolidação MS/GM N.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Art. 4º, Inciso IX, através da comprovação documental de efetiva implantação e utilização dos mecanismos de avaliação dos usuários (exemplo: reuniões registradas em atas, relatórios bem como: cronograma para aplicação dos questionários e seus recolhimentos, estratificação dos resultados, proposição de soluções e melhorias).

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 572347

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SRCA define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde.

Evidência: O SRCA define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde. Tal fato está de acordo com Resolução CIT nº 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1., letra h; Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, Inciso III.

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: Cópia do Espelho de F.P.O. da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte e Unidade Básica de Saúde Afrânio de Paula (policlínica), no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572348

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: As autorizações de AIH não são realizadas por profissional vinculado ao gestor municipal.

Evidência: O código (C.N.S.) 700909914516498, lançado como autorizador no espelho das AIHs analisadas, pertence ao médico R.M.N., assistente e diretor de serviço de saúde da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, porém, este não é o autorizador vinculado ao município. A SMS de Lima Duarte possui como autorizador de AIH o médico S.A.D.C., que foi nomeado por uma portaria interna, assinada pelo secretário de saúde e não publicada. Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro/2015 (Item 4.3) - aprovado pela Portaria GM/MS N.º 396, de 04 de abril de 2000, Art. 1º e 2º; Normas Complementares Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1., h; Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

Fonte da Evidência: Verificação in loco; cópias digitais de espelhos de AIH do prestador Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, referentes ao período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019; relatório do CNES módulo profissional (acessado em 11/03/2019) dos médicos S.A.D.C. e R.M.N.; cópia da PT/SMS N.º 02/2018 datada de 02/04/2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. As autorizações de AIH não são realizadas por profissional vinculado ao gestor municipal. Medida: As autorizações de AIH passaram a serem realizadas pelos médicos Dr. Leonardo Monzo e Dr. Waldomiro Delgado da Costa. Os profissionais são vinculados ao Gestor Municipal.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Não foi apresentada a documentação comprobatória, sendo estas as nomeações formais (portarias) dos referidos médicos supracitados e seus devidos aceites (termos de aceite do cargo). Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro/2017 (Item 4.3)- aprovado pela Portaria GM/MS N.º 396, de 04 de abril de 2000, Art. 1º e 2º; Normas Complementares Resolução CIT N.º 04, de 19 de julho de 2012, Anexo I, Item 4.1., h; Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.768/2018, Anexo I, inciso III, através de comprovação documental de efetiva regularização, com as portarias de nomeação e aceites. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572349

Atividade homologada e encerrada em: **Subgrupo:** Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: Não foi identificada na amostra analisada autorização de AIH para procedimentos solicitados pelos próprios autorizadores.

Evidência: Em amostragem de espelhos de AIH referentes ao período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, verificou-se que o autorizador não está vinculado à SMS. O código de autorizador C.N.S. 700909914516498, pertence ao médico R.M.N., que tem cargo de diretor de saúde, médico clínico e gastroenterologista da Santa Casa, mas não foi identificado autorização pelo referido médico de suas próprias solicitações de internação. Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro/2015 (Item 4.5) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Art. 1º e 2º

Fonte da Evidência: Cópias digitais de espelhos de AIH do prestador Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, referentes ao período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019; cópia digital da listagem de profissionais/C.N.E.S. profissional da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte acessado em 11/03/2019; cópia do CADSUS dos médicos S. A.D.C e R.M.N. e PT/SMS N.º 02/2018 datada de 02/03/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572049

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: Existe profissional de nível superior da área da saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Em verificação no local, constatou-se que existe uma portaria municipal que nomeia o médico S.A.D.C como autorizador de AIH e APAC. O profissional médico, formalmente designado comparece até uma vez por semana, para esta função e/ou quando necessário. Tal fato está de acordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019 ;cópia Portaria SMSN.º 02/2018 e cópia de APACs de fevereiro de 2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572051

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.

Evidência: Verificado que o gestor local não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações, tanto para casos eletivos como para as urgências. As autorizações de AIH (pelo município), em sua maior parte, estão ocorrendo após as 72 horas estabelecidas na crítica do sistema-SIH. Em oitiva, foi declarado pelo gestor, que não há protocolo com estabelecimento de prazos

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



para autorização das APACs. O médico designado comparece no máximo uma vez por semana, para esta função e se necessário. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Art. 7º.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019; cópia das Portarias/ SMS N.º 01 e 02 de 2018; 28/03/2022 15:23:46 cópias de APACs (janeiro a março 2019); visita in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. O Gestor de Saúde não estabelece prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências. Medida: A Secretaria de Saúde através da Portaria SMS 004/2019 estabeleceu o prazo máximo para autorização de AIH e APAC.

Análise da Justificativa: JUSTIFICATIVA 1- Em virtude da ausência de comprovação documental dos autorizadores de AIH e seus aceites, a apresentação da cópia da Portaria SMS 004/2019 de 14 de outubro de 2019, estabelecendo o prazo de até 72 horas para as autorizações, não comprova a aplicabilidade da mesma. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Art. 7º, através de comprovação documental da efetiva regularização com laudos de AIHs autorizados dentro do prazo e seus pagamentos.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 580107

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: Profissional designado para autorização de APAC não está exercendo a função.

Evidência: Existe profissional de nível superior da área da saúde formalmente designado para autorização de APAC, porém o mesmo não está exercendo essa função.

Em verificação no local, constatou-se que existe uma portaria que nomeia o médico S.A.D.C como autorizador de AIH e APAC, porém, na amostragem de APACs analisadas, não existe a autorização do mesmo. Em oitiva, foi declarado pelo gestor, que não há protocolo com estabelecimento de prazos para autorização das APACs. O profissional médico, formalmente designado comparece no máximo uma vez por semana, para esta função e se necessário. Foi declarado também, que o referido médico não está autorizando as APACs, e o próprio gestor autoriza o pagamento, pela PPI e Consórcio. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Art. 7º.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019 ;cópia Portaria SMSN.º 02/2018 e cópia de APACs de fevereiro de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou

manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Profissional designado para autorização de APAC não está executando a função. Medida: Todos os procedimentos de Média e Alta Complexidade estão sendo avaliados e posteriormente autorizados ou negados pelo profissional médico do controle e avaliação Dr. Waldomiro Delgado da Costa.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa:

JUSTIFICATIVA 1- Ausência de comprovação documental que nomeie o referido médico supracitado, como autorizador de AIH e APAC, incluindo documentações (cópias de APACS), que demonstrem as autorizações realizadas até a data do envio das justificativas. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa:

Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Art. 7º, através de comprovação documental da efetiva regularização com laudos de APACs autorizados dentro dos prazos, com comprovação de agendamento dos procedimentos e contrarreferência. Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572053

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: A SMS não monitora, não fiscaliza e nem avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Evidência: Em oitiva, foi declarado pelo gestor que não há comissão de acompanhamento ou monitoramento, apenas recebem relatório do prestador, contendo a relação dos atendimentos, nome, especialidade e assinatura do paciente e, posteriormente vem a nota fiscal, onde analisa e libera o pagamento. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT N.º 04/2012, Anexo I, Item 4.1., n ; Normas complementares- Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.768/2018, Anexo I, inciso VI; Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI e VIII e Art. 10 § 3, inciso XI.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019; cópias de APACs (janeiro a março 2019); visita in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. A SMS não monitora, não fiscaliza e nem avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Medida: A SMS designou os membros da equipe de regulação para monitorar e fiscalizar os serviços prestados nos estabelecimentos de saúde municipal.

Análise da Justificativa:

O fato de ter apresentado as Portarias SMS Nº 01/2019 e 02/2019 com designações de membros que tem como função realizar monitoramento e avaliação, não comprova a regularização da não conformidade, visto que não foram apresentadas comprovações documentais demonstrando a regularização da não conformidade. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Resolução CIT N.º 04/2012, Anexo I, Item 4.1., n ; Normas complementares- Deliberação CIB-SUS/MG N.º 2.768/2018, Anexo I, inciso VI; Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI e VIII e Art. 10 § 3, inciso XI, através de comprovação documental da efetiva regularização apresentando planilhas de planejamento de monitoramento do(s) estabelecimento(s) de saúde, modelo do sistema de controle e impressos que serão utilizados, modelo do sistema de avaliação que será implantado (como será a avaliação e quais serão os pontos avaliados), entre outros. **Destinatários da Recomendação**

Nome

CPF/CNPJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE

13.570.143/0001-80

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572054

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: Inexistência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representante da SMS e do hospital contratualizado, a Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte.

Evidência: Constatou-se que o município não possui comissão de contratualização com representante da SMS e do hospital contratualizado, Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte. Declarado pelo gestor que não há comissão de acompanhamento ou monitoramento, apenas recebem relatório do prestador, contendo a relação dos atendimentos, nome, especialidade e assinatura do paciente e, posteriormente vem a nota fiscal, onde analisa e libera o pagamento. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art.32, Caput.

Fonte da Evidência: Verificação in loco, Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Inexistência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representante da SMS e do hospital contratualizado, a Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte. Medida: De acordo com a Portaria SMS 005/2019 foi criada a Comissão de Acompanhamento dos serviços prestados pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, segue em anexo portaria de nomeação.

Análise da Justificativa: Através da apresentação de cópia da Portaria SMS 005/2019, datada de 21 de outubro de 2019, foi criada a comissão de acompanhamento da contratualização entre a SMS de Lima Duarte e o Hospital Santa Casa de Misericórdia. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

042.221.316-01

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 572055

Subgrupo: Controle e Avaliação

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Documentação/Registros

Constatação: Ausência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde. 28/03/2022 15:23:46

Evidência: Verificada que a solicitação de TFD é realizada pelo médico assistente do paciente nas unidades assistenciais vinculadas ao SUS, porém não é autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal. A autorização é feita diretamente pelo gestor. Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/N.º55/1999, art. 6º.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019; visita in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Ausência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde. Medida: Foram nomeados através da Portaria SMS-003/2019 os membros da comissão responsável pelo TFD.

Análise da Justificativa: Recebido cópia da Portaria SMS Nº 003/2019 nomeando os membros da comissão responsável pelo TFD, porém não foi apresentada documentação comprobatória demonstrativa : cópias de processos de TFD devidamente autorizados pela comissão nomeada. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Realizar a adequação no setor SCRA, cumprindo o que determina a Legislação: Portaria SAS/N.º55/1999, art. 6º através de comprovação documental da efetiva regularização da não conformidade: cópias de processos de TFD devidamente autorizados pela comissão nomeada e contrarreferência. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 572056

Subgrupo: Resultado

Item: Atendimento à demanda/necessidades

Constatação: O TFD foi concedido a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Verificado a relação de passageiros com as cópias de agendamento/marcação dos procedimentos a serem realizados em TFD, do período de fevereiro de 2019 que demonstraram a concessão a usuários do SUS - rede pública e conveniada/contratada. Tal fato está de acordo com a Portaria SAS/N.º55/1999, art. 1º, § 2º.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração do gestor J.R.D., datado de 21/03/2019; visita in loco ;cópia de relação de passageiros (fevereiro de 2019); cópias de Guias de TFD (fevereiro/2019). **Conformidade:** Conforme

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565

Acesso 1382696



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 572505

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde está formalmente designado.

Evidência: Verificou-se a existência de designação formal do Secretário Municipal de Saúde. Tal fato está de acordo com a Lei Federal N.º 8080/1990, Art. 9º, inc.III.

Fonte da Evidência: Portaria N.º 04/2015 de 07 de janeiro de 2015 ; Portaria N.º 10/2017 de 02 de janeiro de 2017 e Portaria N.º 30/2018 de 26 de março de 2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 572506

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Lima Duarte está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), na condição de Matriz.

Evidência: Constatou-se que o FMS está inscrito no CNPJ nº 13.570.143/0001-80, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil na condição de matriz e com natureza Fundo Público 120-1 Tal fato está em desacordo com o artigo 4º, inciso I e X da IN/SRFB Nº1.863/2018.

Fonte da Evidência: Cópia de comprovante de inscrição e de situação cadastral CNPJ Nº 13.570.143/0001-80.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Lima Duarte está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), na condição de Matriz. Medida: A natureza do Fundo Público foi alterada, segue comprovante em anexo.

Análise da Justificativa: Recebida cópia de documentação comprobatória - CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA atualizado, constando o novo código e descrição da natureza jurídica 133-3, Fundo Público da Administração Direta Municipal, emitido em 01/11/2019 às 11h:05min.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 572507

Subgrupo: Fundo de Saúde

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Lima Duarte foi criado por lei municipal.

Evidência: Constatou-se que o FMS foi criado pela Lei Municipal nº 935/93 de 30 de dezembro de 1993. Tal fato está de acordo com a Lei Federal N.º 8.142/1990, Art. 4º e Lei Complementar N.º 141/2012, Art. 14, inc. I.

Fonte da Evidência: Cópia da Lei Municipal N.º 935 de 30 de dezembro de 1993.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 572508

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Em análise das Notas de Empenho, LOA e QDD, verificou-se que o FMS se constitui em uma Unidade Orçamentária e Gestora dos seus recursos. Tal fato está de acordo com Lei Complementar N.º 141/2012, Art.14.

Fonte da Evidência: Cópias das Notas de Empenhos n.º 00023 de 10/08/2018 e 00024 de 20/08/2018; QDD 2016/2017/2018 e LOA 2017/2018/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 572509

Subgrupo: Emenda Constitucional 29/2000

Item: Movimentação dos Recursos no Fundo de Saúde

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Evidência: Em análise documental dos processos de pagamento e dos extratos bancários, nos exercícios de 2016 a março de 2019, constatou-se que a conta corrente 7781-X, agência:2251-9 do banco do Brasil, referente aos recursos próprios (EC 29), encontra-se cadastrada no CNPJ da Prefeitura Municipal de Lima Duarte. Os recursos desta conta são geridos pelo Prefeito Municipal em parceria com o tesoureiro da Prefeitura Municipal. Tal fato em desacordo com a Lei Complementar 141/2012, Art. 2º, § único.

Fonte da Evidência: Cópias de extratos bancários da conta corrente 7781-X, agência:2251-9 do Banco do Brasil, referentes ao exercício de 2016 a março de 2019; cópias das Notas de Empenhos n.º 00023 de 10/08/2018, 00024 de 20/08/2018 **Conformidade:** Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-Por meio do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019, a Secretaria Municipal de Saúde de Lima Duarte se manifesta da seguinte forma: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Medida: Foi realizada abertura de conta específica vinculada ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) para movimentação dos recursos financeiros da contrapartida municipal. Segue em anexo comprovante.

JUSTIFICATIVA 2- Por meio de resposta conjunta, datada de 08 de novembro de 2019, os senhores José Renato Duque, Sebastião Antenor Delgado Campos e a Sra. Lilian Clemente de Moura se manifestam da seguinte forma: Movimentação dos Recursos no Fundo de Saúde. Conforme o parágrafo único, do art. 2º, da Lei Complementar 141/2012 que diz: "Além de atender aos critérios estabelecidos no caput, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. A movimentação se dava por conta não vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, conforme constatado pela presente auditoria, portanto, queremos ressaltar que mesmo não sendo movimentado por conta específica do Fundo Municipal de Saúde, a Prefeitura Municipal de Lima Duarte cumpria a Lei complementar

141/2012, sendo aplicados além dos 15% preconizados pela referida lei. Segue em anexo relatórios referentes ao exposto acima. Sem mais para o momento, apresento votos de elevada estima e consideração.

Análise da Justificativa: Através de cópia de documentação comprobatória - Proposta /Contrato de Abertura de Conta Corrente com o CNPJ do FMS, foi realizada nova abertura de conta específica vinculada ao Fundo Municipal de Saúde (FMS) para movimentação dos recursos financeiros da contrapartida municipal. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:** Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 572510

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Gestor Municipal de Saúde não ordena as despesas.

Evidência: Em análise das Notas de Empenho, constatou-se a inobservância da segregação de funções, contrariando o princípio do controle interno, já que o Gestor Municipal de Saúde não é o ordenador das despesas, realizando a liquidação das despesas do FMS de Lima Duarte. Tal fato está em desacordo com a Lei N.º 8.080/1990, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º; Decreto Lei N.º 200/67 Art. 80 § 1º; IN /DTN N.º 10/91.

Fonte da Evidência: Processos de compras: Cópias das Notas de Empenho N.º 00023 de 10/08/2018, N.º 00024 de 20/08/2018 e Nota Fiscal Eletrônica 2018/2905.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Gestor Municipal de Saúde não ordena as despesas. Medida: Conforme Decreto Municipal 149/2019, foi alterado para o Gestor Municipal de Saúde, a competência em ordenar as despesas referentes à Saúde.

Análise da Justificativa: Através da análise da cópia do Decreto Municipal Nº. 149/19 datado de 01/10/19, que dispõe sobre delegação

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de competência e autorização para ordenadores de despesas assinarem documentos contábeis, esta não conformidade não foi considerada corrigida. A SMS deve comprovar com documentação atualizada (Comprovação de despesas). Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar a adequação, cumprindo o que determina a Legislação: Lei N.º 8.080/1990, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º; Decreto Lei N.º 200/67 Art. 80 § 1º; IN /DTN N.º 10/91. através de comprovação documental da efetiva regularização (documentação atualizada -comprovação de despesas).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMA DUARTE - FMS LIMA DUARTE	13.570.143/0001-80

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 572511

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Existência de contratos e/ou convênios formalizados com prestadores de serviços do SUS.

Evidência: Em análise documental dos exercícios de 2016 a março de 2019, constatou-se a existência de contratos e/ou convênios formalizados de prestadores de serviços do SUS (Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, Agência de Cooperação Intermunicipal de Saúde Pé da Serra-ACISPES e Cooperativa de Profissionais de Saúde Mental-COOPSAM), com a Secretaria Municipal de Lima Duarte. Foram realizados os seguintes tipos de contratos e/ou convênios: Atendimento da rede de urgência e emergência ambulatorial e hospitalar de média complexidade, Assistência em Saúde Mental e Administração e execução dos serviços do Centro de Atenção Psicossocial-CAPS e Serviços de Apoio Diagnóstico em Análises Clínicas. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N.º 1/2017, Art. 130, §3º; Lei 8.080/90, Art. 24, parágrafo único; Resolução CIT N.º 04/2012, Anexo I, Item 4.1., L

Fonte da Evidência: Contratos: 01/2015, 11/2016, 34/2016, 13/2-017, 11/2018, 14/2018 e 18/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 572512

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: Contratos e Convênios analisados estão formalizados adequadamente, dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação.

Evidência: Em análise documental dos exercícios de janeiro de 2016 a março de 2019, verificou-se que os contratos e convênios analisados (Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, Agência de Cooperação Intermunicipal de Saúde Pé da Serra-ACISPES e Cooperativa de Profissionais de Saúde Mental-COOPSAM), estão formalizados adequadamente, dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação. Tal fato está de acordo com a Lei N.º 8.666/93, Art. 54, parágrafo 1º, artigo 55.

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565

Acesso 1382696



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: Termo de Contratualização 01/2015; Contratos : 11/2016 e 3º,4º termo aditivo; 11/2018 - (Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte); 34/2016; 55/2017 e 1º Termo Aditivo; 13/2017; 14/2018 ;18/2018(COOPSAM) e Primeiro Termo Aditivo datado de 28/12/2018 ; Contrato de Rateio ACISPES 40/2019 ; Termo de Convênio com Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte datado de 16 de fevereiro de 2019. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 572513

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Os Contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores de Serviços ao SUS foram precedidos de Processos Licitatórios.

Evidência: Em análise documental do exercício 2016 a março de 2019, constatou-se a elaboração e execução de processos administrativos licitatórios, para compras diversas da Secretaria Municipal de Lima Duarte. Foram realizados os seguintes tipos de processos licitatórios: pregão presencial para aquisição de gêneros alimentícios e para aquisição de medicamentos para a farmácia básica. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação Nº 1/2017, art. 132, caput.

Fonte da Evidência: Verificação in loco; Rol de Licitações do exercício 2016 a março de 2019; Processos de Licitação nº 18/2016, 04/2018 e 11/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 572515

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Existência de Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio formalmente designados.

Evidência: Foi constatada a existência de Comissão Permanente de Licitação nomeada através da Portaria nº 101/2018 de 05/11/2018 e do Pregoeiro juntamente com equipe de apoio de Pregão Eletrônico e Presencial designados.

Fonte da Evidência: PT. N.º03/2016 de 04 de janeiro de 2016; PT N.º 05/2016 de 18 de janeiro de 2016; PT N.º 019/2017 de 02 de janeiro de 2017; PT N.º 020/2017 de 02 de janeiro de 2017; PT N.º 082/2017 de 02 de março de 2017; PT N.º 100/2017 de 07 de abril de 2017; PT N.º 178/2017 de 22 de novembro de 2017; PT N.º 007/2018 de 25 de janeiro de 2018; PT N.º 042/2018 de 18 de maio de 2018 e PT N.º 61/2018 de 01 de agosto de 2018. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 572522

Subgrupo: Emenda Constitucional 29/2000

Item: Despesas Próprias

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: Uso indevido dos recursos financeiros da contrapartida Municipal com pagamento de servidor Público lotado na Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal.

Evidência: A análise dos processos de pagamentos revelou o uso indevido dos recursos financeiros da contrapartida Municipal, conta corrente nº 7781- X (Agência nº 2251-9, Banco do Brasil), com o pagamento de diárias a servidor público lotado na Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Lima Duarte, para participar de intercâmbio Técnico na cidade de Medeiros-MG no valor de R\$ 859,77 (Oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) em 11/04/2017. Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, Art. 3º inciso III e Art. 4º inciso X e Portaria 3992/17 art.5º, Parágrafo Único.

Fonte da Evidência: Cópia do Empenho N.º 000685 e Proposta de Concessão de Diária N.º06/2017; Agendamento de Visita e Declaração de comprovação da presença do referido servidor no evento, assinado pelo Extensionista Agropecuário da Emater.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou

manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Uso indevido dos recursos financeiros da contrapartida Municipal com pagamento de servidor Público lotado na Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal. Medida: O Servidor Público Pablo de Oliveira Motta é lotado na Secretaria de Saúde, como consta comprovante em anexo, porém presta eventualmente serviços para a Secretaria de Agricultura, ao participar do evento na cidade de Medeiros, por motivos de ser vinculado a esta secretaria, o pagamento das despesas foi realizado com recursos oriundos da contrapartida municipal. A devolução foi efetuada, conforme consta comprovante em anexo.

JUSTIFICATIVA 2- Por meio de resposta conjunta, datada de 08 de novembro de 2019, os senhores José Renato Duque e Sebastião Antenor Delgado Campos se manifestam da seguinte forma: Uso indevido dos recursos financeiros da contrapartida Municipal com pagamento de servidor Público lotado na Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal. O Servidor Público Pablo de Oliveira Motta é lotado na Secretaria Municipal de Saúde, prestando eventualmente serviços para a Secretaria Municipal de Agricultura. Na ocasião, o servidor mencionado acima, foi convidado a participar de um evento na cidade de Medeiros, evento este direcionado a Secretaria de Agricultura, como o servidor é funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, entendeu-se que o pagamento das diárias referentes às despesas seria realizada pela secretaria a qual ele está vinculado. Partindo do princípio da boa fé em que o servidor gerou gastos com o deslocamento e despesas com alimentação e estadia estando a serviço da Prefeitura Municipal de Lima Duarte, embora não sendo pela Secretaria ao qual está vinculado, foi autorizado a concessão de diária. Após ser reconhecido que foi um ato errôneo, sendo identificado pela Equipe de Auditoria de Pouso Alegre, pautou-se pela regularização dos fatos, e conforme orientação recebida foi realizada a devolução do valor cedido, conforme consta em anexo.

Análise da Justificativa: Foi apresentada cópia da transferência bancária, para o Fundo Municipal, no valor corrigido de R\$ 1.009,22(um mil e nove reais e vinte e dois centavos), datada de 08 de novembro de 2019. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade. **Acatamento**

da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 579787

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Gestor Municipal de Saúde não autoriza pagamento de despesas

Evidência: Em análise das Notas de Empenhos, constatou-se a inobservância da segregação de funções, contrariando o princípio do

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565



controle interno, já que o Gestor Municipal de Saúde não autoriza pagamento de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Lima Duarte. Tal fato está em desacordo com o Decreto Lei N.º 200/67 Art. 80 § 1º ; IN /DTN N.º 10/91 ; Constituição Federal Art. 198 inciso I e Lei N.º 8.080/1990, Art. 9º Art. 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: Cópias das Notas de Empenho N.º 00023 de 10/08/2018, N.º 00024 de 20/08/2018

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193. Gestor Municipal de Saúde não autoriza pagamento de despesas. Medida: Conforme Decreto Municipal 149/2019, foi alterado para o Gestor Municipal de Saúde, a competência em autorizar pagamentos de despesas referentes à Saúde.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa:

Foi apresentada cópia do Decreto Municipal 149/2019, sendo alterado para o Gestor Municipal de Saúde a competência em autorizar os pagamentos de despesas referentes à Saúde. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade. **Acatamento**

da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 579789

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores de Serviços do SUS estão devidamente instruídos.

Evidência: Em análise documental do exercício 2016 a março de 2019, constatou-se a elaboração e execução de processos administrativos licitatórios, para compras diversas da Secretaria Municipal de Lima Duarte. Foram realizados os seguintes tipos de processos licitatórios: pregão presencial para aquisição de gêneros alimentícios e para aquisição de medicamentos para a farmácia básica. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 1/2017, art. 132, caput.

Fonte da Evidência: Verificação in loco; Rol de Licitações do exercício 2016 a março de 2019; Processos de Licitação nº 18/2016, 04/2018 e 11/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 580016

Subgrupo: Contrato

Item: Aquisição de Materiais e equipamentos (licitação)

Constatação: Os Processos licitatórios dos convênios e/ou contratos formalizados com os prestadores de serviços ao SUS estão devidamente instruídos.

Evidência: Constatou-se a elaboração e execução de processos administrativos licitatórios, seguindo os procedimentos padronizados e estando devidamente instruídos. Tal fato está de acordo com a Lei 8.666/1993, art. 38.

Fonte da Evidência: Verificação in loco; Rol de Licitações do exercício 2016 a março de 2019; Processos de Licitação nº 18/2016, 04/2018 e 11/2018.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 580015

Subgrupo: Execução Orçamentária

Atividade homologada e encerrada em:

Auditoria nº 565



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Gerenciamento

Constatação: Gestor Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos.

28/03/2022 15:23:46

Evidência: Em análise das Notas de Empenho, constatou-se que o Gestor Municipal de Saúde não é o autorizador das despesas, realizando somente a liquidação destas (FMS de Lima Duarte). Tal fato está em desacordo com a Lei N.º 8.080/1990, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º; Decreto Lei N.º 200/67 Art. 80 § 1º; IN /DTN N.º 10/91.

Fonte da Evidência: Processos de compras: Cópias das Notas de Empenho N.º 00023 de 10/08/2018, N.º 00024 de 20/08/2018 e Nota Fiscal Eletrônica 2018/2905

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: JUSTIFICATIVA 1-O Sr. José Renato Duque (Pessoa Física e responsável legal pela Pessoa Jurídica) apresentou manifestação através do Ofício nº 193, datado de 08/11/2019. Gestor Municipal não autoriza os pagamentos. Medida: Conforme Decreto Municipal 149/2019, foi alterado para o Gestor Municipal de Saúde, a competência em autorizar os pagamentos referentes à Saúde.

Análise da Justificativa: Foi apresentada cópia do Decreto Municipal 149/2019, sendo alterado para o Gestor Municipal de Saúde a competência em autorizar pagamentos de despesas referentes à Saúde. Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foi apresentada justificativa suficiente para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:** Sim

VII – CONCLUSÃO

Foi enviada solicitação de prorrogação de prazo para apresentação das justificativas do relatório preliminar, sendo apresentada a defesa de pessoa jurídica e física tempestivamente. Transcorridas as etapas do presente processo de auditoria no Sistema Municipal de Saúde de Lima Duarte/MG, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de não conformidades na gestão municipal apontadas nos relatórios Preliminar e Final de Auditoria. A administração do sistema municipal de Saúde de Lima Duarte, enfatizando os serviços de SCRA e Componente Municipal de Auditoria, deve adotar medidas no sentido de sanar as não conformidades detectadas remanescentes e adequá-las a legislação vigente.

Atividade homologada e encerrada em: 28/03/2022 15:23:46

Auditoria nº 565